



## Introdução: Mulheres, Mundos do Trabalho e Cidadania

*Paulo Marques Alves, ISCTE-IUL e DINÂMIA'CET-ISCTE, [paulo.alves@iscte-iul.pt](mailto:paulo.alves@iscte-iul.pt)*  
*Virgínia Baptista, IHC-FCSH-UNL, [virbaptista@gmail.com](mailto:virbaptista@gmail.com)*

Em 1929, Virginia Woolf, no seu renomado ensaio *A Room of One's Own*, refere-se a duas palestras que havia dado no ano anterior nos college femininos de Newnham e Girton, em Cambridge. Nasas, perante plateias de estudantes, começou por enfatizar que às mulheres não era dado o destaque a que tinham direito no processo histórico, o que seria indiciado pela ausência de obras nas prateleiras das bibliotecas universitárias, tendo terminado proclamando a necessidade de se reescrever a História para acabar com esta invisibilidade.

O apelo de Woolf só veio a materializar-se alguns decénios mais tarde, tendo Scott (1983) sublinhado que, sobretudo a partir da década de 70, as prateleiras das livrarias e das bibliotecas tinham passado a estar relativamente bem garnecidas com obras realçando o papel da mulher na História, o que veio a aprofundar-se nas décadas seguintes.

Em primeiro lugar, as mulheres sempre trabalharam, embora o seu trabalho tenha sido invisibilizado durante muito tempo. Um marco relevante para o tornar visível é o número de *Le Mouvement Social* de 1987, integralmente dedicado ao trabalho das mulheres e onde se insere o artigo da historiadora Michelle Perrot intitulado *Qu'est-ce qu'un métier de femme?*, onde a autora começa por afirmar perentoriamente que “*Les femmes ont toujours travaillé*”, afirmação que será posteriormente repegada por Schweitzer para título do seu livro de 2002.

Mas não foi só o campo historiográfico que começou a interessar-se pelo trabalho das mulheres como objeto de estudo no mundo francófono. No campo da Sociologia e, nomeadamente, da Sociologia do Trabalho, o mesmo sucedeu, sendo de destacar durante esta década de 80, o livro coletivo dado à estampa em 1984, bem como os trabalhos de Kergoat (1982, 1984) ou de Maruani (1985, 1989), autoras que prosseguiram as suas pesquisas nas décadas seguintes, a elas se tendo juntado outras, como Hirata (e.g. 1996, 1998) ou Silvera (e.g. 1995, 1998, 2000).

De acordo com Lurol (2001, p. 5), no campo da Sociologia do Trabalho francesa, os estudos seminais sobre o trabalho das mulheres remontarão aos finais da década de 60, destacando-se três contributos filiados em distintos paradigmas: o de Guilbert (1966a), na tradição marxista via Georges Friedmann e Pierre Navile; o de Michel (1967), devedor dos trabalhos de autoras feministas anglo-saxónicas; e o de Sullerot (1968), inserido no paradigma familiarista.

Para Lurol, a conjugação de três fatores contribui decisivamente para a emergência deste campo de estudos: o crescimento económico ocorrido durante os *Trente Glorieuses* (Fourastié, 2000 [1979]) anos que se seguiram ao final da IIª Guerra Mundial; a inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo a partir da década de 60; e o ativismo do importante movimento feminista francês, onde pontificavam nomes como o de Beauvoir (1987 [1949]), bem como o trabalho da AFFER – Association Femmes, Féminisme et Recherche que, em 1982, organizou em Toulouse um importante colóquio intitulado *Femmes, Féminisme et Recherches*, e que estará na origem da fundação em 1989 da ANEF – Association Nationale des Études Féministes.

Para estas autoras, a questão central é o estudo da divisão sexual do trabalho, sendo perceptível em muitas delas a defesa da existência de uma relação entre modo de produção capitalista e dominação patriarcal, tendo como consequência a utilização de um conceito como o de “relações sociais de sexo” em detrimento de outros, pois como refere Lourot baseando-se em Fougeyrollas-Schweibel (1985) “ce ne sont pas les caractéristiques de chacune de ces tâches qui sont porteuses de sens mais bien les rapports sociaux qui sont à l'origine des différences” (Lourot, 2001, p. 9).

Para Hirata, uma das autoras incontornáveis quando se trata do estudo do trabalho das mulheres, “as pesquisas sobre divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo/gênero mostraram que uma análise dentro de uma perspectiva de gênero muda radicalmente as condições de produção dos conhecimentos sobre o trabalho (...) subverte a ordem epistemológica dominante e produz novos conhecimentos” (Hirata, 2006). Todavia, nesta mesma publicação, esta autora não deixava de lamentar que os paradigmas dominantes na Sociologia do Trabalho continuavam a ser *gender-blinded*<sup>1</sup>.

O mundo anglo-saxônico não ficou à margem deste movimento. Entre muitos outros, citem-se, no campo historiográfico, os trabalhos de Scott e Tilly (1978); de Boris e Daniels (1989); de Boris e Prugl (1996) e, numa perspetiva sociológica, os de Crompton (e.g. 1997, 1999); Crompton e Jones (1984) ou Crompton e Sanderson (1990). No Brasil, destaque-se o livro de Souza-Lobo (1991) e as obras de Saffioti (e.g. 1969, 1981, 1983, 1984a, 1984b).

Tal como sempre trabalharam, as mulheres também sempre participaram no processo histórico, intervindo no espaço público e militando. Cingindo-nos apenas aos primeiros vagidos da modernidade, que balizamos entre os finais do século XVIII e meados do século XIX, assim o demonstram a Marcha das Mulheres sobre Versalhes de 5 de outubro de 1789; e, entre outros, os nomes de Olympe de Gouges (1748-1793), nascida Marie Gouze, autora em 1791 da *Déclaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne*, onde defendeu que as mulheres deviam ter os mesmos direitos dos homens; Pauline Léon (1768-1838), participante ativa na Revolução Francesa, durante a qual fundou a *Société des Citoyennes Républicaines Révolutionnaires*, em maio de 1793, dada a recusa do *Club des Jacobins* em aceitar mulheres; Mary Wollstonecraft (1759-1797), autora de *Vindication of the Rights of Woman* (1792); Judith Sargent Murray (1751-1820), que no ensaio *On the Equality of the Sexes* afirmou que as mulheres eram tão inteligentes como os homens; Sojourner Truth, nascida escrava com o nome de Isabella Baumfree (c. 1797-1883), figura proeminente do movimento abolicionista nos EUA e ativista dos direitos das mulheres, para quem a luta por direitos iguais não podia excluir as mulheres negras; Flora Tristán (1803-1844), a autora de *L'Union Ouvrière* (1843), a primeira mulher a defender que o progresso dos direitos das mulheres era indissolúvel das conquistas do movimento operário; Suzanne Voilquin (1801-1876), editora durante alguns anos do jornal *La Tribune des Femmes*, um órgão de imprensa feminista ligado a Saint-Simon; a revolucionária brasileira Anita Garibaldi (1821-1849), participante da Revolução Farroupilha, onde conheceu Giuseppe Garibaldi, com quem veio a casar e a participar no processo de unificação de Itália, ainda que brevemente dado o seu falecimento prematuro; ou Eugénia Cândida da Fonseca Silva Mendes (?-1843),

<sup>1</sup> Passados treze anos, em 2019, a mesma autora lamentava igualmente que nos países capitalistas centrais, ao contrário do que sucedia no Brasil, as investigadoras tivessem “deixado de se interessar por pensar as relações entre gênero e trabalho para se concentrarem em outros temas [tendo] o tema do gênero e trabalho [deixado] de ser um ponto importante na reflexão feminista”, em detrimento de questões, como a sexualidade ou o corpo (Hirata, 2019).

Baronesa da Silva, convicta liberal portuguesa que foi perseguida durante o consulado miguelista, chegando mesmo a ser presa.

Todavia, a *militância no feminino*, seja política, sindical ou noutros espaços, tradicionalmente menos intensa, ao ser travada por fatores de ordem social, económica e cultural, também foi invisibilizada durante longo tempo, tendo sido necessário esperar pelo último meio século para que as ciências sociais começassem a interessar-se por este objeto, tendo-se assistido a partir daí a um considerável incremento na investigação, abrangendo um conjunto diversificado de temáticas. O caso da militância das mulheres nos sindicatos é paradigmático do que acabamos de afirmar, ao estarem ausentes, quer da literatura académica quer da produzida pelas próprias organizações e suas lideranças masculinas.

O silêncio só começou a ser quebrado em meados da década de 1960, com a publicação da obra monumental de Guilbert (1966a), dedicada às militantes sindicais francesas do período anterior à I Guerra Mundial. Mas foi somente na década seguinte que a pesquisa se tornou relevante, quer no mundo francófono quer anglo-saxónico, tanto no campo historiográfico como sociológico.

No campo sociológico, obras como as de Lewnhak (1977), Maruani (1979) e Zylberberg-Hocquard (1978) são seminais, seguindo-se-lhes já na década de 1980 obras de carácter mais histórico como as de Collette (1989), Milkman (1985) ou Soldon (1985), entre muitas outras, a maioria a cargo de mulheres. Não devemos esquecer ainda uma outra obra monumental, *Les Ouvriers en Grève, France 1871-1890* (Perrot, 1973) e o *Le Maitron*, o grande dicionário biográfico do movimento operário e dos movimentos sociais em França, concebido por Jean Maitron em meados da década de 1950 e que continua a ser atualizado. Presentemente, é possível aceder online a todo o seu conteúdo, nomeadamente ao *Dictionnaire des Femmes*, que conta com 430 páginas com entradas de nomes de mulheres que participaram na Revolução Francesa, no “assalto dos céus” de 1871, na Resistência, ou foram militantes sindicais, sociais ou políticas. Muitas outras, permanecerão ainda certamente no olvido.

A produção bibliográfica não se restringe a estas duas temáticas, acabando por ser bastante mais vasta, alargando-se a outros domínios, como demonstram trabalhos fundamentais como a *Histoire des Femmes en Occident* em cinco volumes, de Duby e Perrot (1993-1995 [1990-1991]); ou as obras de Davis (e.g. 1983 [1981], 1990 [1989]); de Offen (e.g. 2000, 2010) ou de Rochefort (e.g. 2018), entre muitos/as outros/as autores/as. Finalmente, a História foi revista e as mulheres são nela incluídas.

Deste modo, o século XX acaba por tornar-se o século das mulheres ou dos feminismos (Gubin et al., 2004). É importante realçar que, paralelamente à produção bibliográfica, outros acontecimentos assumem relevância. A ONU declara a década de 1975 a 1985 como Década das Nações Unidas para as Mulheres, a qual culminou em 1985 com a Conferência Mundial de Nairobi, no Quénia, apontando três grandes objetivos: Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Neste período desenvolvem-se cursos, nomeadamente pós-graduados, em inúmeras universidades, na sequência dos *Women's Studies* lecionados em universidades anglo-saxónicas desde meados da década de 1960. Surgem igualmente os primeiros centros de investigação especializados nos estudos sobre as mulheres relevantes, como o francês *Centre d'Études Féminines*, fundado em 1974, o qual mais tarde virá a tornar-se no *Centre d'Études Féminines et d'Études de Genre*, da Universidade Paris VIII – Vincennes-Saint-Denis, ou o mais conhecido *GEDISSST – Groupe d'Études sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail*, uma unidade de investigação do CNRS – Centre Nationale de la Recherche Scientifique, criada em 1983 e que constituiu uma das unidades

que está na origem do atual *GTM – Genre, Travail, Mobilités*. Realizam-se seminários e conferências e editam-se periódicos como, a título meramente exemplificativo, a *Revista de Estudos Feministas*, da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, fundada em 1992; o *European Journal of Women's Studies*, cujo primeiro volume remonta a 1994 ou a *Clio. Femmes, Genre, Histoire*, cuja publicação se iniciou em 1995, entre muitas dezenas de outras publicações.

Portugal não ficou à margem deste movimento. No domínio do trabalho e do emprego, realce-se a obra magnífica de Maria Lamas, *As Mulheres do Meu País* publicada entre 1948 e 1950, que não sendo elaborada num registo científico, nos evidenciou que as mulheres trabalhavam e o faziam em atividades muito diversificadas, bem como nos mostrou as condições de vida e de trabalho dessas mulheres. Uma obra que foi dada à estampa quando as mulheres trabalhadoras sofriam enormes constrangimentos: proibição do acesso a determinadas profissões (magistraturas judicial e do Ministério Público; carreira diplomática, chefias da administração local); proibição do casamento em diversas profissões (telefonistas da *Anglo-Portuguese Telephone Company* e hospedeiras da TAP, por força de regulamentos internos das empresas; trabalhadoras do Ministério dos Negócios Estrangeiros; enfermeiras dos Hospitais Civis, enquanto as professoras primárias tinham de solicitar autorização ao Ministério da Educação Nacional); e se verificava a sua invisibilidade nas estatísticas oficiais (Baptista 1999)<sup>2</sup>.

Paralelamente ao que sucedeu no estrangeiro, em Portugal o estudo científico do trabalho e do emprego das mulheres inicia-se fundamentalmente na década de 80, com a obra pioneira de Manuela Silva (1983) no campo da economia. Ainda na década de 80, refira-se o trabalho de Perista (1989) sobre as mulheres com “emprego atípico”, autora que dois anos depois publicará com Chagas Lopes um artigo sobre as potencialidades e vulnerabilidades do emprego das mulheres (Perista, & Chagas Lopes, 1991). Será somente nesta década que começará a dar-se uma expansão dos estudos de carácter sociológico sobre o trabalho e o emprego das mulheres, centrados em várias temáticas, como sejam a segregação, discriminação e assimetrias de género no mercado de trabalho (e.g. Ferreira 1993, 1999, 2001b; Casaca 2006; Coelho, & Ferreira 2018); o gap salarial entre mulheres e homens (e.g. Ferreira 2010); a flexibilização das relações de emprego e a precarização no feminino (e.g. Casaca 2005, 2009, 2010; Casaca, & Kovács 2007); a condição servil (Brasão, 2012); ou o trabalho das mulheres inserido nas estratégias familiares (Almeida, 1985). No campo disciplinar da História, realcem-se os trabalhos de Baptista (1999, 2016).

O silêncio sobre a militância das subalternas, para utilizar o conceito gramsciano cunhado nos *Cadernos do Cárcere*, foi ainda mais longevo e profundo em Portugal, com as mulheres militantes sindicais a encontrarem-se ausentes das obras dedicadas ou ao

<sup>2</sup> Para a autora, com o salazarismo, o trabalho das mulheres foi sendo progressivamente invisibilizado nos censos, nomeadamente no caso do trabalho agrícola e no domicílio, sendo as mulheres classificadas como “auxiliares dos chefes de família” ou “domésticas”. Isso ficou certamente a dever-se ao facto de terem sido homens a conceber as nomenclaturas socioprofissionais, a efetuarem a recolha dos dados e por serem os “chefes de família” quem fornecia as informações. De qualquer forma, este facto estava em consonância com as conceções do regime sobre o papel da mulher na sociedade e sobre a família. Curiosamente, essas conceções, plasmadas na Constituição de 1933 (arts.º 12, 13 e 14), estiveram na base dos argumentos da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, na sua campanha iniciada em 1939 contra a proibição do casamento das telefonistas e que foi coroada de êxito em outubro de 1940, depois de ter tido a adesão de vários membros das elites política, militar, cultural e religiosa, incluindo o Cardeal Cerejeira.

movimento sindical e seus militantes ou às mulheres, sejam elas produzidas pela academia ou por militantes. Esta é uma constatação verdadeira quer focalizemos o nosso olhar no dealbar do século XX quer o façamos na atualidade e acontece num quadro mais vasto de um grande défice de estudos sobre o movimento sindical português.

De facto, não encontramos mulheres – ou se eventualmente são referidas, desconhecemos os seus nomes – em algumas das obras clássicas da historiografia portuguesa sobre o movimento operário, como sejam as de Fonseca (s.d.) ou de Mónica (1982, 1986), o mesmo sucedendo no volume triplo da revista *Análise Social* de 1981, dedicado ao movimento operário. O mesmo silêncio acontece em obras produzidas por prestigiados militantes sindicais dos inícios do século XX, como Manuel Joaquim de Sousa (1972) ou Alexandre Vieira (1959), destinando-se esta última obra a biografar 29 “Figuras gradas do movimento social português”. Nos dois dicionários organizados por Castro e Esteves (2005, 2013), obras que traçam o perfil de centenas de mulheres, as que assumiram responsabilidades no movimento sindical português ou noutras expressões organizativas do movimento operário, como as mutualidades, estão também ausentes. Por sua vez, numa obra destinada a biografar doze “operárias e burguesas”, mais estas do que aquelas (Samara, 2007), nenhuma das mulheres havia sido militante sindical.

Para além do opúsculo de Paz (1979) sobre a ação coletiva das trabalhadoras domésticas após o 25 de Abril, do livro da OMC (1994) relativo à ação coletiva das mulheres durante o autodesignado “Estado Novo” e dos artigos de Rosa (1991) e de Ferreira (2002), no domínio da sua relação com os sindicatos, em Portugal o interesse pela ação coletiva das mulheres trabalhadoras e pela sua militância nas expressões organizativas do movimento operário só assumiu relevância na viragem da primeira para a segunda década do século atual, com os trabalhos de Baptista (2012, 2016), centrados nas mutualidades, e com o livro de Santana (2009) e os artigos de Alves e Gama (2013) e Alves (2017, 2019a, 2019b, entre outros) focados no sindicalismo, sendo que este último autor tem-se debruçado sobre diferentes períodos socio-históricos, bem como ainda o livro de Seixas (s.d.). Acrescente-se o dicionário de militantes anarquistas da autoria de João Freire, acessível *online*, e a obra de Arranja (2011). Com as obras centradas no primeiro período de sindicalismo livre em Portugal foi possível ficar a conhecer os nomes de centenas de mulheres que participaram na fundação de sindicatos de profissões exclusivamente femininas, como as parteiras ou as lavadeiras, bem como de outras profissões (e.g., profissionais de enfermagem, docentes) ou de ramos de atividade onde tinham já presença mais ou menos significativa (e.g. têxteis, indústria conserveira); fundaram e participaram em mutualidades; participaram em greves e em congressos corporativos; militaram em organizações anarquistas; ou foram assassinadas, como sucedeu com Mariana Torres, a operária conserveira de Setúbal assassinada em março de 1911 pela recém criada Guarda Nacional Republicana, durante a greve das operárias e dos moços das fábricas de conservas de Setúbal, facto que constituiu um dos marcos da rutura do movimento operário com a república burguesa instaurada em outubro de 1910. Para um período mais recente, citem-se os trabalhos de Cabreira (2018a, 2018b, 2019) sobre a Sogantal e as suas operárias, que empreenderam uma experiência de autogestão durante o processo revolucionário português, e de Vieira (2018) sobre as empregadas domésticas e a criação do seu sindicato após o 25 de Abril, que se juntam ao já mencionado trabalho de Paz.

Em 1924, José Carlos Mariátegui, num artigo intitulado *Las reivindicaciones feministas*, publicado a 19 de dezembro desse ano no jornal *Mundial*, considerava que o feminismo era resultado da inserção das mulheres no mercado de trabalho e que não existia unicamente um feminismo, mas antes “vários colores, diversas tendências”,

enunciando três: o feminismo burguês; o feminismo pequeno-burguês; e o feminismo proletário.

Enquanto as feministas burguesas e pequeno-burguesas reivindicavam a igualdade de direitos no seio da ordem social capitalista numa ótica de emancipação política, as mulheres proletárias participavam em revoltas populares contra a fome e lutavam por melhores condições de vida e de trabalho, enquadrando essas lutas em lutas mais gerais, numa perspetiva de emancipação humana que permitisse a sua libertação da opressão e da exploração vigentes no capitalismo.

E estes diferentes feminismos raramente ou nunca se encontram, como o demonstra o caso da greve das operárias conserveiras de Setúbal de 1911, durante a qual Mariana Torres e o moço António Mendes são assassinados.

A Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe de Setúbal havia sido fundada em dezembro de 1910, dada a recusa do sindicato dos soldadores em filiar as mulheres, que executavam os trabalhos menos qualificados nesta indústria. Segundo Quintas (1998), as operárias, terão solicitado inicialmente a Ana de Castro Osório, que é apresentada por Samara como sendo “uma das mais importantes feministas do panorama português, escritora, editora, pedagoga, publicista, conferencista e republicana. Uma mulher determinada e empenhada” (Samara, 2007, p. 115), que dirigisse a associação, convite que terá sido aceite.

Todavia, passados dois meses, dá-se a rutura definitiva entre as mulheres das fábricas de conserva e a feminista, pois Ana de Castro Osório vituperou fortemente a greve das conserveiras, com base em três argumentos. Em primeiro lugar, porque considerava que o grande desígnio das mulheres e da sua associação deveria ser não a reivindicação de melhores condições salariais e de trabalho, mas antes o apelar ao patronato para um trabalho conjunto no sentido de elevar os padrões educativos das mulheres e dos seus filhos, para o que deveriam ser criadas creches e escolas. Concomitantemente, as mulheres também deviam lutar pela obtenção de mais direitos sociais, como subsídios para parturientes e habitação condigna e mais barata, bem como associarem-se em cooperativas de consumo para que os bens alimentares fossem mais baratos. Em segundo, lugar, acusava as mulheres de serem instrumentalizadas pelos seus colegas de trabalho, que estariam interessados em fomentar conflitos sociais que punham em causa a indústria conserveira. Por fim, defendia que a greve era injustificada, porque as mulheres tinham conseguido algumas regalias havia pouco tempo, e injusta, dado que ganhavam salários mais elevados do que os auferidos por operárias de outras indústrias, trabalhadoras rurais ou domésticas.

E vai ser este feminismo de Ana de Castro Osório e de outras mulheres da burguesia e da pequena-burguesia que em Portugal vai suscitar um interesse mais precoce do que a participação das mulheres nas organizações operárias e a sua participação no espaço público em motins, revoltas ou outras formas de ação coletiva, que remonta a meados do século XIX.

Imediatamente após o 25 de Abril, em 1975, surge a coletânea de Elina Guimarães *Coisas de Mulheres*, que reúne um conjunto de textos (um dos quais versando sobre a história do feminismo em Portugal), publicados por esta autora na imprensa desde o início da década de 1970. Nessa mesma década, sendo Maria de Lourdes Pintasilgo – que também publicará um livro em 1981 sobre os “novos feminismos” e as interrogações que colocaria aos cristãos – Ministra dos Assuntos Sociais, será fundada a CCF – Comissão da

Condição Feminina<sup>3</sup>, pelo Decreto-Lei n.º 485/77, de 17-11, cujo Art.º 2º estipulava que constituía missão do novo organismo, “apoiar todas as formas de consciencialização das mulheres portuguesas e a eliminação das discriminações contra elas praticadas, em ordem à sua inserção no processo de transformação da sociedade portuguesa, de acordo com os princípios consignados na Constituição.” De acordo com Monteiro (2010, 2011), a fundação desta instituição significará a emergência de um “feminismo de Estado” em Portugal. A década termina com outra obra relevante de Guimarães, editada pela primeira vez em 1979 (“*Mulheres Portuguesas: ontem e hoje*”). Em 1991 a mesma autora publicará uma análise de “sete décadas de feminismo”, à qual se juntará passados dois anos um novo contributo para a história dos “movimentos feministas” da autoria de Silva (1993), que precisamente uma década antes já havia abordado o feminismo português através do estudo das obras de algumas escritoras do início do século XX. Um novo contributo, de Esteves (2001), versará sobre os primórdios do feminismo.

Ainda nesta década – labor que prosseguirá nas seguintes – começam a surgir publicações específicas relativas a organizações e movimentos feministas e ao engajamento político das mulheres, como sejam a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (Esteves, 1991); a Associação de Propaganda Feminista (Esteves, 1998; Vaquinhas, 2013a), que Esteves considera ser a “primeira organização sufragista portuguesa”, sendo o sufragismo novamente objeto de estudo em Esteves (2011); a Associação Feminina Portuguesa para a Paz (Serralheiro, 2011) ou a Associação Educativa da Mulher Pobre (Vauquinhas, 2013b).

Especial e merecido destaque tem sido dado ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, fundado em 1914, cujas atividades foram proibidas pelo regime salazarista em 1947, através dos trabalhos de Gorjão (1994), Lamas (1995), Esteves (2006), Costa (2007) ou Correia (2013). Esta organização também tem sido estudada numa perspetiva comparada (Cova, 2004, 2011, 2013, 2016). Para os “tempos sombrios” do autodesignado “Estado Novo”, analisa-se a condição das mulheres e o seu engajamento político oposicionista (e.g. Cova, & Pinto, 2002; Gorjão, 2002, 2007; Pimentel, 2007). Por fim, para um tempo mais próximo examinam-se os movimentos feministas das décadas de 1970 e 1980 (Tavares, 2000).

Para além das obras publicadas relativas aos dois eixos temáticos referidos, muitas outras têm vindo a ser dadas à estampa, nos mais variados campos do saber, abordando numerosas questões e segundo perspetivas teórico-metodológicas igualmente muito diversificadas.

Simultaneamente, foram progressivamente começando a realizar-se conferências e outras iniciativas científicas<sup>4</sup>. Mencionando somente algumas das primeiras, retenham-se o “Seminário de estudos sobre a mulher”, da responsabilidade da Comissão da Condição Feminina, que teve lugar em 1983 (Silva, 1999); a conferência “A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspetivas actuais”, organizada pelo Instituto de História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1985, tendo

<sup>3</sup> À CCF sucederá a CIDM – Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, que em 2007 se integrará na CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

<sup>4</sup> De sublinhar que, nos finais da década de 1960, se tinham realizado em Lisboa um colóquio subordinado ao tema “Sobre a condição da mulher portuguesa” e um ciclo de conferências denominado “A mulher na sociedade contemporânea”, onde participaram alguns e algumas dos/as mais destacados/as intelectuais da época (Silva, 1999).

dado origem a atas publicadas em dois volumes; e o “*Colóquio interdisciplinar sobre a mulher em Portugal*” do ICS – Instituto de Ciências Sociais, com as comunicações publicadas num número duplo da *Análise Social*.

A partir da década de 1990 começam a surgir cursos, de que o Mestrado de Estudos sobre as Mulheres – Género, Cidadania e Desenvolvimento da Universidade Aberta, iniciado em 1995, foi um dos pioneiros; fundaram-se grupos de investigação como o GSE – Género, Sociedade e Cultura, integrado no CEMRI – Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta, ou centros de investigação focados nos estudos sobre as mulheres, como o CIEG – Centro Interdisciplinar de Estudos de Género do ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa; e fundaram-se revistas da especialidade, como a *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* ligada ao CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e a *Ex aequo*, da APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, ambas fundadas em 1999.

No início do século atual, Ferreira (2001a) referia que estava então em construção em Portugal um novo campo científico, o campo dos Estudos sobre as Mulheres. Desde então, esse campo cresceu exponencialmente e consolidou-se.

É nesse âmbito que surge esta publicação, que reúne a maioria das comunicações que foram apresentadas na I<sup>a</sup> Conferência Mulheres, Mundos do Trabalho e Cidadania – Diferentes Olhares, Outras Perspetivas, realizada em Lisboa, no ISCTE-IUL, em dezembro de 2018. A publicação encontra-se estruturada em duas partes, segundo os dois eixos temáticos privilegiados. A primeira é dedicada ao trabalho, ao emprego e aos direitos das mulheres trabalhadoras; a segunda ao ativismo feminino nos mais variados espaços de intervenção.

## Bibliografia

- AAVV. (1968). *Sobre a condição da mulher portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- AAVV. (1969). *A mulher na sociedade contemporânea*. Amadora: Prelo Editora.
- AAVV. (1984). *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- AAVV. (1995). *La place des femmes, les enjeux de l'identité et de l'égalité au regard des sciences sociales*. Paris: La Découverte.
- Almeida, A. N. de. (1985). Trabalho feminino e estratégias familiares. *Análise Social*, XXII(85), 7-44.
- Alves, P. M. (2017). Da exclusão à sub-representação – dois séculos de relações problemáticas entre sindicatos e mulheres. *Journal of Studies on Citizenship and Sustainability*, (3), 158-177. Recuperado de [https://civemorum.com.pt/artigos/1/JSCS.3\\_PAAlves\\_p158.177.pdf](https://civemorum.com.pt/artigos/1/JSCS.3_PAAlves_p158.177.pdf)
- Alves, P. M. (2019a). A participação das mulheres nos órgãos dirigentes das organizações sindicais da administração pública portuguesa”. In *Atas das XIV Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres y IX Congreso Iberoamericano de Estudios de Género – Intersecciones, Feminismos, Teorías y Debates Políticos*. Mar del Plata: UNMdP – Universidad Nacional de Mar del Plata. Recuperado de <https://drive.google.com/file/d/1bGM1iPdQ1T1ceSmCz44ijf7ZH2Qfp4i/view?fbclid=IwAR1XTNiC36PKaERelURi2QN7be1cnqvZBRk-Z1JG2Sv7R2ZPrhRUps3c4o>.

- Alves, P. M. (2019b). A sub-representação das mulheres no movimento sindical: o caso dos sindicatos da saúde. In *Atas do IV Congresso História do Trabalho, do Movimento Operário e dos Conflitos Sociais em Portugal*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea. Recuperado de <https://ihc.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/2021/01/Historia-Movimento-Operario-2020.pdf>.
- Alves, P. M., & Gama, O. (2013). A militância no feminino nos primórdios do sindicalismo em Portugal, *UBIMUSEUM – Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, (2), 183-195. Recuperado de: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.paulo-alves-olinda-gama.pdf>.
- Arranja, A. (2011). *Mataram Mariana... : dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura operariado-República em 1911*. Setúbal: Centro de Estudos Bocageanos.
- Baptista, V. (1999). *As mulheres no mercado de trabalho em Portugal: representações e quotidiano (1890-1940)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres.
- Baptista, V. (2012). Participação feminina no movimento mutualista – do final da Monarquia ao Estado Novo, *Ler História*, (62), 31-51.
- Baptista, V. (2016). *Proteção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal, 1880-1943*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Beauvoir S. de. (1987 [1949]). *O segundo sexo*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Boris, E., & Daniels, C. (Eds.) (1989). *Homework: historical and contemporary perspectives on paid labor at home*. Champaign: University of Illinois Press.
- Boris, E., & Prugl, E. (Ed.) (1996). *Homeworkers in global perspective*. Londres: Routledge.
- Brasão, I. (2012). *O tempo das criadas. A condição servil em Portugal (1940-1970)*. Lisboa: Tinta da China.
- Cabreira, P. P. (2018a). O caso Sogantal e a resistência operária no Montijo no período revolucionário português (1974-1975). In *II Congresso Internacional de História Local*. Lisboa: FCSH-UNL.
- Cabreira, P. P. (2018b). Mulheres e resistência: operárias da Sogantal em luta (1974-1976)In *I Conferência Internacional Mulheres Mundos do Trabalho e Cidadania*. Lisboa: ISCTE-IUL
- Cabreira, P. P. (2019). Mulheres da Sogantal em luta: autogestão e operariado feminino no período revolucionário português (1974-1975). In *IV Congresso de História do Trabalho, do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal & III Conferência do Observatório para as Condições de Trabalho e Vida*. Lisboa: FCSH-UNL/ISCTE-IUL.
- Casaca, S. F. (2005). Flexibilidade, emprego e relações de género: a situação de Portugal no contexto da União Europeia". In I. Kovács (Ed.), *Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades*, (pp. 55-89). Lisboa: Celta Editora.
- Casaca, S. F. (2006). La segregación sexual en el sector de las tecnologías de información y comunicación (TIC) – observando el caso de Portugal. *Sociología del Trabajo*, 57, 95-130. Recuperado de <https://revistas.ucm.es/index.php/STRA/issue/view/4503/107>.
- Casaca, S. F. (2008). Flexibilidade de emprego em Portugal e na União Europeia: colocando a dimensão de género no centro do debate. In F. Henriques (Coord.), *Género, diversidade e cidadania*, (pp. 131-154). Lisboa: Editora Colibri.
- Casaca, S. F. (2009). Reflexões em torno de um novo contrato de género e de uma sociedade mais inclusiva. *Sociedade e Trabalho*, 38, 71-87.
- Casaca, S. F. (2010). A igualdade de género e a precarização do emprego. In V. Ferreira (Ed.), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal – políticas e circunstâncias*, (pp.261-289). Lisboa: CITE.
- Casaca, S. F., & Kovács, I (2007). Flexibilidad y desigualdad en el trabajo: tendencias y alternativas. *Sociología del Trabajo*, 61, 99-124. Recuperado de <https://revistas.ucm.es/index.php/STRA/issue/view/4507/111>.

- Castro, Z. O. de, & Esteves, J. (Dir.) (2005). *Dicionário no Feminino. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Castro, Z. O. de, & Esteves, J. (Dir.) (2013). *Feminae: dicionário contemporâneo*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Coelho, L., & Ferreira, V. (2018). Segregação sexual do emprego em Portugal no último quarto de século - agravamento ou abrandamento?, *e-cadernos CES*, 29, 77-98. Recuperado de <https://doi.org/10.4000/eces.3205>.
- Collette, C. (1989). *For labour and for women: The Women's Labour League, 1906-1918*. Manchester: Manchester University Press
- Correia, R. (2013). *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: a principal associação de mulheres da primeira metade do século XX (1914-1947)* (Dissertação de mestrado, FCSH-UNL). Recuperado de <https://run.unl.pt/handle/10362/12614>.
- Costa, C. (2007). *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) – Uma organização feminista* (Dissertação de mestrado, Universidade Aberta. Recuperado de <https://repositorioaberto.uab.pt/entities/publication/ce43b4c9-1d99-4af9-9e3c-5ce744d53a2e>.
- Cova, A. (2004). Mulheres e associativismo: O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (1914-1945). In A. Cova, N. Ramos, & T. Joaquim (Eds.), *Desafios da comparação. Família, mulheres e género em Portugal e no Brasil*, (pp.89-96). Oeiras: Celta.
- Cova, A. (2011). O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e as organizações internacionais de mulheres. In T. Santos, M.E. Stone, & I. Tomé (Eds.), *Olhares sobre as mulheres: homenagem a Zília Osório de Castro* (pp.27-40). Lisboa: CESNOVA.
- Cova, A. (2013). Feminisms and associativism: The national councils of women in France and Portugal, a comparative historical approach, 1888-1939. *Women's History Review*, 22(1), 19-30.
- Cova, A. (2016). O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas numa perspetiva transnacional (Europa do Sul e América Latina nas primeiras quatro décadas do século XX). In I.H. de Jesus, P.G. Ribeiro, R. Mira, & Z.O. de Castro (Coord.), *Falar de mulheres dez anos depois. No centenário do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, (pp.53-65). Braga: Húmus.
- Cova, A., & Pinto, A. C. (2002). Women under the Salazar's dictatorship *Portuguese Journal of Social Science*. 1(2), 129-146. DOI:10.1386/pjss.1.2.129.
- Crompton, R. (1997). *Women and work in modern Britain*. Oxford: Oxford University Press.
- Crompton, R. (1999). *Restructuring gender relations and employment: the decline of the male breadwinner*. Oxford: Oxford University Press.
- Crompton, R., & Jones, G. (1984). *White-collar proletariat: deskilling and gender in clerical work*. Londres: Macmillan.
- Crompton, R., & Sanderson, K. (1990). *Gendered jobs and social change*. Londres: Unwin Hyman.
- Davis, A. Y. (1983 [1981]). *Women, race and class*. New York: Random House.
- Davis, A. Y. (1990 [1989]). *Women, culture, politics*. New York: Random House.
- Duby, G., & Perrot, M. (1993-1995 [1990-1991]). *História das mulheres*. Porto: Afrontamento (5 volumes).
- Esteves, J. (1991). *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Uma organização política e feminista (1909-1919)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Esteves, J. (1998). *As origens do sufragismo português. A primeira organização sufragista portuguesa: a Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)*. Lisboa: Bizâncio.
- Esteves, J. (2001). Os primórdios do feminismo em Portugal: a 1ª década do século XX. *Penépole*, 25, 87-112.
- Esteves, J. (2006). Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947). *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, 15, 113-135.

- Esteves, J. (2011). Feminismo, feminismos e sufragismo na 1<sup>a</sup> república. In Z.O. de Castro, J. Esteves, & N. Monteiro (Org.), *Mulheres na República. Percursos, conquistas e derrotas*. Lisboa: Edições Colibri.
- Ferreira, V. (1993). Padrões de segregação das mulheres no emprego - uma análise do caso português no quadro europeu. In B. S. Santos (Ed.), *Portugal: um retrato singular*, (pp. 233-260). Porto: Afrontamento.
- Ferreira, V. (1999). As acções positivas e a segregação do emprego em Portugal. In A. Cova, & M.B.N. Silva (Eds.), *As mulheres e o Estado*, (pp. 167-176). Lisboa: Universidade Aberta.
- Ferreira, V. (2001a). Estudos sobre as mulheres: a construção de um novo campo científico. *Exæquo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres* 5, 9-25.
- Ferreira, V. (2001b). "All women are working women": padrões de evolução da segregação sexual do emprego nos anos 90. In J. Reis, & M. I. Baganha (Eds.), *A economia em curso – contextos e mobilidades*, (pp. 111-151), Porto: Afrontamento.
- Ferreira, V. (2002). O efeito Salieri: O sindicalismo perante as desigualdades entre mulheres e homens no emprego, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 121-148. Recuperado de <https://journals.openedition.org/rccs/1328>.
- Ferreira, V. (2010). A evolução das desigualdades entre salários masculinos e femininos: um percurso irregular." In V. Ferreira (Ed.), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias* (pp. 139-190). Lisboa: CITE.
- Fonseca, C. da. (s.d.). *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Fougeyrollas-Schweibel, D. (1985). *La division sexuelle du travail, éléments de réflexion*. Paris: Les Cahiers de l'Apre, CNRS/Pirttem.
- Fourastié, J. (2000 [1979]). *Les trente glorieuses ou la révolution invisible de 1946 à 1975*. Paris: Fayard.
- Gorjão, V. (1994). A reivindicação do voto no programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947). Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Gorjão, V. (2002). *Mulheres em tempos sombrios: oposição feminina no Estado Novo (1945-1974)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Gorjão, V. (2007). Oposição feminina(?), oposição feminista(?) ao Estado Novo. In L. Amâncio, M. Tavares, T. Joaquim, T. de S. Almeida (Org.), *O longo caminho das mulheres. Feminismos: 80 anos depois*. Lisboa: D. Quixote.
- Gramsci, A. (2004). *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gubin, E., Jacques, C., Rochefort, F., Studer, B., Thebaud, F., Zancarini-Fournel, M. (Org.) (2004). *Le siècle des féminismes*. Paris: Les Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières.
- Guilbert, M. (1966a). *Les fonctions des femmes dans l'industrie*. Paris-La Haye: Mouton.
- Guilbert, M. (1966b). *Les femmes et l'organisation syndicale avant 1914*. Paris: CNRS.
- Guimarães, E. (1975). *Coisas de Mulheres*. Porto: Editorial Promoção.
- Guimarães, E. (1989 [1979]). *Mulheres portuguesas: ontem e hoje*. Lisboa: Comissão da Condição Feminina.
- Guimarães, E. *Sete décadas de feminismo*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Hirata, H. (1996). Le travail des femmes: nouveaux partages, nouvelles divisions. In H. Hirata, & D. Senotier (Eds.), *Femmes et partage du travail* (pp. 1-19). Paris: Syros.
- Hirata, H. (2006). Entrevista. *Trabalho, Educação e Saúde*, 4(1), 199-203. Recuperado de <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1836/919>.
- Hirata, H. (2006). Entrevista. *Trabalho, Educação e Saúde*, 17(2). Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00211>.
- Hirata. H., & Senotier, D. (Dir.) (1996). *Femmes et partage du travail*. Paris: Syros.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (1998). La division sexuelle du travail revisitée. In M. Maruani (Ed.), *Les nouvelles frontières de l'inégalité. Hommes et femmes sur le marché du travail* (pp. 93-104). Paris: La Découverte.

- Kergoat, D. (1982). *Les ouvrières*. Paris: Le Sycomore.
- Kergoat, D. (1984). *Les femmes et le travail à temps partiel*. Paris: La Documentation Française.
- Lamas, M. (2003 [1948-1950]). *As mulheres do meu país*. (2<sup>a</sup> edição). Lisboa: Caminho.
- Lamas, R. W.-N. (1995). *Mulheres para além do seu tempo*. Lisboa: Bertrand.
- Lewenhak, S. (1977). *Women and trade unions: an outline history of women in the British trade union movement*. Londres: Benn.
- Liga Portuguesa de Profilaxia Social. (1950). *A campanha pelo casamento das telefonistas*. Porto: Imprensa Social.
- Lurol, M. (2001). *Le travail des femmes en France: trente ans d'évolution des problématiques en sociologie (1970-2000)*. Paris: Centre d'études de l'emploi.
- Mariatégui, J. C. (1986 [1924]). *Obras completas*. Lima: Biblioteca Amauta.
- Maruani, M. (1979). *Les syndicats à l'épreuve du féminisme*. Paris: Syros.
- Maruani, M. (1985). *Mais qui a peur du travail des femmes?* Paris: Syros.
- Maruani, M. (Ed.) (1998). *Les nouvelles frontières de l'inégalité, hommes et femmes sur le marché du travail*. Paris: La Découverte.
- Maruani, M., Nicole C. (1989). *Au labeur des dames, métiers masculins, emplois féminins*. Paris: Syros.
- Michel, A. (1967). *Activité professionnelle de la femme et vie conjugale*. Paris: CNRS.
- Milkman, R. (ed.) (1985). *Women, work and protest. A century of US women's labor history*. Boston: Routledge and Kegan Paul.
- Mónica, M. F. (1982). *A Formação da classe operária portuguesa. Antologia da imprensa operária (1850-1934)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mónica, M. F. (1986). *Artesãos e operários*. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais.
- Monteiro, R. (2010), *A emergência do feminismo de Estado em Portugal: uma história da criação da Comissão da Condição Feminina*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Monteiro, R. (2011), *Feminismo de estado em Portugal: mecanismos, estratégias, políticas e metamorfoses* (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal).
- Offen, K. (2000). *European feminisms, 1700-1950: A political History*. Stanford: Stanford University Press.
- Offen, K. (Ed.) (2010). *Globalizing feminisms, 1789- 1945 (Rewriting Histories)*. Abingdon: Routledge.
- Organização das Mulheres Comunistas. (1994). *Lutas e movimentos de mulheres em Portugal sob o regime fascista (1926-1974)*. Lisboa: Edições Avante!
- Paz, O. (1979). *Empregadas domésticas. Mulheres em luta*. Lisboa: Edições Base.
- Perista, H. (1989). *As mulheres em emprego atípico em Portugal*. Lisboa: CISEP.
- Perista, H., & Lopes, M. C. (1991). Potencialidades e vulnerabilidades dos empregos das mulheres. *Organizações e Trabalho*, 5/6, 37-45.
- Perrot, M. (1987). Qu'est-ce qu'un métier de femme?, *Le Mouvement Social*, 140, 3-8.
- Perrot, M. (1973). *Les Ouvriers en Grève. France, 1871-1890*. Paris-La Haye: Mouton.
- Pimentel, I. F. (2007). O Estado Novo, as mulheres e o feminismo. In L. Amâncio, M. Tavares, T. Joaquim, T. de S. Almeida (Org.), *O longo caminho das mulheres. Feminismos: 80 anos depois*. Lisboa: D. Quixote.
- Quintas, M. da C. (1998). *Setúbal: Economia, sociedade e cultura operária – 1880-1930*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Rochefort, F. (2018). *Histoire mondiale des Féminismes*. Paris: PUF.
- Rosa, M. T. S. (1991). As mulheres e o sindicalismo, *Organizações e Trabalho*, 5/6, 89-112.
- Saffioti, H. (1969 [2013]). *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Saffioti, H. (1981). *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher – um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos*. São Paulo: Hucitec Editora.
- Saffioti, H. (1983). *O fardo das trabalhadoras rurais*. Araraquara: UNESP.

- Saffioti, H. (1984a). *Mulher brasileira: opressão e exploração*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- Saffioti, H. (1984b). *Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras*. Recuperado de: <https://www.marxists.org/portugues/saffioti/1984/mes/14.htm>.
- Samara, M. A. (2007). *Operárias e burguesas. As mulheres no tempo da República*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Santana, V. (2009). *Género nos sindicatos. Igualdades, desigualdades e diferenças*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Schweitzer, S. (2002). *Les Femmes ont toujours travaillé. Une histoire du travail des femmes, 19e-20e siècles*. Paris: Odile Jacob.
- Scott, J. W. (1983). Women in history: the modern period, *Past and Present*, 101(1), 141-157. <https://doi.org/10.1093/past/101.1.141>.
- Seixas, M. A. (s.d.). *As operárias de Alcântara e as suas lutas antes e durante a I República*, Lisboa: União de Mulheres Alternativa e Resposta.
- Serralheiro, L. (2011) *Mulheres em grupo contra a corrente: Associação Feminina Portuguesa para a Paz (1935-1952)*. Gondomar: Evolua Edições.
- Silva, M. (1983). *O emprego das mulheres em Portugal – A “mão invisível” na discriminação sexual no emprego*. Porto: Afrontamento.
- Silva, M. R. T. da. (1983). Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX, *Análise Social*, XIX(77-78-79), 875-907. Recuperado de [https://arquivo.pt/wayback/20190402195800mp /http://analisesocial.ics.ul.pt/documents/1223465449P2eYY6he7Ah47BN7.pdf](https://arquivo.pt/wayback/20190402195800mp/http://analisesocial.ics.ul.pt/documents/1223465449P2eYY6he7Ah47BN7.pdf).
- Silva, M. R. T. da. (1993). História no feminino: os movimentos feministas em Portugal. In J. Medina (Dir.), *História de Portugal*, (pp. 282-297), Lisboa: Edoclube.
- Silva, M. R. T. (1999). Estudos sobre as mulheres em Portugal. Um olhar sobre o passado. *Exaequo*, (1), 17-28.
- Silvera, R. (1995). Les inégalités entre hommes et femmes ou comment expliquer ce qui reste inexplicable? In AAVV. (Eds.), *La place des femmes, les enjeux de l'identité et de l'égalité au regard des sciences sociales*. Paris: La Découverte.
- Silvera, R. (1998). Les femmes et la diversification du temps de travail: nouveaux enjeux, nouveaux risques, *Revue Française des Affaires Sociales*, 52(3), 71-88.
- Silvera, R. (2000), *Les inégalités entre femmes et hommes sur le marché du travail: du constat à l'analyse*. Paris: Drees, collection Mire.
- Soldon, N. C. (Ed.) (1985). *The world of women's trade unionism. Comparative historical essays*. Westport: Greenwood Press.
- Sousa, M. J. (1972). *O sindicalismo em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Souza-Lobo, E. (2011 [1991]). *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Sullerot, E. (1968). *Histoire et sociologie du travail féminin*. Paris: Gonthier.
- Tavares, M. (2000). *Movimentos de mulheres em Portugal: décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Vaquinhos, I. (2013a). Associação de Propaganda Feminista (1911-1918). In, Rollo, M.F. (Dir.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, (Vol. I, pp. 260-261). Lisboa: Assembleia da República.
- Vaquinhos, I. (2013b). Associação Educativa da Mulher Pobre (1899-1908). In, Rollo, M.F. (Dir.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, (Vol. I, pp. 265-266). Lisboa: Assembleia da República.
- Vieira, A. (1959). *Figuras gradas do movimento social português*. Lisboa: Edição do Autor.
- Vieira, A. C. (2018). *Mulheres em luta. A educação e a dinâmica de auto-organização das empregadas domésticas portuguesas do Sindicato do Serviço Doméstico (1960-1986)*. Porto: Afrontamento.
- Tilly, L. A., & Scott, J. W. (1978). *Women, work and family*. Holt: Rinehart and Winston.
- Woolf, V. (1929). *A room of one's own*, Recuperado de <https://gutenberg.net.au/ebooks02/0200791h.html>.

Zylberberg-Hocquard, M. H. (1978). *Féminisme et syndicalisme en France avant 1914.*  
Paris: Anthropos.